
O CONCEITO DE JOGOS DE LINGUAGEM EM WITTGENSTEIN E SEUS DESENVOLVIMENTOS

THE CONCEPT OF LANGUAGE GAMES IN WITTGENSTEIN AND ITS DEVELOPMENTS

Ryan do Nascimento Ventura¹

Prof. Dr. José Pedro Luchi²

RESUMO: Este trabalho investiga o conceito de jogos de linguagem desenvolvido por Ludwig Wittgenstein em sua segunda fase filosófica, evidenciando suas vantagens e limitações na filosofia contemporânea. A pesquisa, de caráter bibliográfico exploratório, analisa a transição do primeiro para o segundo Wittgenstein, destacando a contradição performativa e a emergência de uma concepção pragmática da linguagem. Em seguida, examina como John L. Austin desenvolve a ideia de que falar é fazer, com ênfase em sua teoria dos atos de fala, além da contribuição de John Searle na classificação dos atos ilocucionários. Os resultados demonstram que há uma continuidade entre os autores, sobretudo no que tange à linguagem como prática intersubjetiva. Isso revela que o conceito de jogos linguísticos, considerando as especificidades de cada autor, encontra desenvolvimentos na filosofia contemporânea. Conclui-se que a abordagem pragmática da linguagem, ao enfatizar o princípio de uso, o contexto e a ação comunicativa, constitui um campo fértil para investigações filosóficas, revelando o caráter complexo e dinâmico do fenômeno linguístico.

Palavras-chave: Wittgenstein; Jogos de linguagem; Pragmática; Atos de fala.

ABSTRACT: This study investigates the concept of language games developed by Ludwig Wittgenstein in his second philosophical phase, highlighting its advantages and limitations within contemporary philosophy. The research, of exploratory bibliographic nature, analyzes the transition from the early to the later Wittgenstein, emphasizing the performative contradiction and the emergence of a pragmatic conception of language. It then examines how John L. Austin develops the idea that speaking is acting, with emphasis on his theory of speech acts, as well as John Searle's contribution to the classification of illocutionary acts. The results demonstrate a continuity among the authors, especially regarding language as an intersubjective practice. This reveals that the concept of language games, considering the specificities of each author, finds developments in contemporary philosophical thought. It is concluded that the pragmatic approach to language, by emphasizing the principle of use, context, and communicative action, constitutes a fertile ground for philosophical inquiry, revealing the complex and dynamic nature of linguistic phenomena.

Keywords: Wittgenstein; Language games; Pragmatics; Speech acts.

¹ Centro Universitário Salesiano - Unisales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: ryan.nas.ventura@gmail.com.

² Centro Universitário Salesiano - Unisales. Vitória/ES, Brasil. E-mail: luchi-jp@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A filosofia contemporânea passou por uma significativa transformação conceitual com a chamada guinada linguística, que redirecionou o foco da investigação filosófica da consciência individual, caracterizada pelo solipsismo, que considerava cada consciência como absoluta e isolada, para uma abordagem mais pública da realidade, mediada pela linguagem. Nesse contexto, Condé (2004) observa que a cultura atual demonstra um forte impulso de autocompreensão, expressando sua própria imagem, seus conflitos, soluções, paradoxos, limitações e uma notável capacidade de gerar múltiplas interpretações sobre si mesma.

A guinada linguística configura-se como uma transformação paradigmática que rompe com o impasse da incomunicabilidade entre consciências isoladas, superando a concepção solipsista do sujeito. O sentido não nasce da interioridade, mas da relação dialógica entre os indivíduos. A linguagem, nesse contexto, deixa de ser mero instrumento e passa a ser o próprio espaço onde o mundo é compartilhado e compreendido.

Entre os filósofos que protagonizaram essa mudança, destaca-se Ludwig Wittgenstein (1889 - 1951), cujas contribuições permitiram uma nova e mais profunda aproximação entre as dimensões filosófica e linguística. Cumpre salientar que tal aproximação já foi esboçada por Aristóteles em sua obra, evidenciando uma preocupação originária com o papel da linguagem na constituição do pensamento e da realidade.

O pensamento de Wittgenstein pode ser dividido em duas fases distintas. Na primeira, muito influenciada por Frege e Russell, ele compreende a linguagem como denotação: o mundo é figurado por meio de um simbolismo lógico. Já na segunda fase, há uma valorização das diferentes linguagens, comparadas a “jogos”. Wittgenstein percebe, inclusive como professor do ensino primário, que a linguagem não se resume a uma forma lógica fixa, mas se situa dentro de uma forma de vida e se caracteriza pelo seu uso cotidiano.

A obra *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), escrita por Wittgenstein durante a Primeira Guerra Mundial, marca o início de sua trajetória filosófica, frequentemente referida como a fase do “primeiro Wittgenstein”. Nesse período, o autor defende a existência de uma ordem lógica *a priori* no mundo, compartilhada por linguagem, pensamento e realidade, por meio da lógica simbólica. O *Tractatus* também propõe uma reflexão sobre os limites da linguagem, atribuindo à filosofia a função de esclarecer conceitos e delimitar o que pode ser enunciado com sentido.

No *Tractatus*, Wittgenstein afirma que a linguagem cotidiana disfarça o pensamento e não revela sua verdadeira forma. Assim, a linguagem ideal seria composta por proposições com estrutura lógica, capazes de clarificar as elocuições. Isso implica que a linguagem tem relação direta com o estado de coisas, caracterizando-se pelo isomorfismo, ou seja, uma correspondência entre linguagem e mundo. Nesse sentido, a linguagem teria a função de enunciar logicamente o que é “real” por meio de proposições assertivas. O filosofar passa a ser compreendido como uma atividade de clarificação conceitual, tratando apenas daquilo que pode ou não ser enunciado.

Conforme explica Schwartz (2017), a lógica simbólica expressa o isomorfismo entre linguagem, pensamento e mundo, estabelecendo uma correspondência estrutural entre esses elementos. Isto é, o sistema da lógica simbólica constitui o caminho mais

promissor para que a filosofia alcance um caráter científico e seja capaz de produzir resultados teoricamente consistentes e metodologicamente significativos

Nesse sentido, pode-se inferir que o *Tractatus*, embora estruturado logicamente, apresenta uma contradição performativa: Wittgenstein afirma que só se pode falar das coisas que se enquadram nos limites da lógica, mas, ao estruturar a obra, discorre sobre as regras da própria linguagem. Vale mencionar que a linguagem, além do que se supunha, é também capaz de enunciar as suas próprias regras.

Além disso, Wittgenstein, com suas premissas formuladas de maneira sintética, considerando o contexto histórico, deixa muitas questões importantes em aberto, embora acreditasse ter “resolvido” o enigma da linguagem. Ao se deparar com um mundo de possibilidades que a linguagem é capaz de realizar, como as questões éticas e metafísicas, ele encontra uma saída apontando para o “místico” e afirma que sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar (Wittgenstein, 2011).

Em sua segunda teoria sobre a linguagem, considerada o ponto fulcral de sua filosofia, apresentada na obra *Investigações Filosóficas* (1953), o “segundo Wittgenstein” propõe a dissolução da lógica na linguagem, defendendo o uso do termo “jogos de linguagem”. Trata-se da passagem de uma lógica única e formal para uma lógica múltipla e contextualizada. Wittgenstein percebe que a linguagem não se resume a proposições atômicas logicamente estruturadas, mas abarca uma série de outros usos, outras formas de significação dentro de contextos específicos. A linguagem não trata apenas das coisas do mundo, mas é um espaço onde pessoas se entendem mutuamente sobre algo no mundo.

O significado de uma palavra emerge a partir de seu uso na linguagem, ou seja, há um sentido pragmático que se revela na atribuição de significado conforme o contexto, considerando as especificidades situacionais em que ela foi, é ou será empregada. Por esse motivo, Wittgenstein critica a ideia de uma linguagem privada e defende que a linguagem se manifeste dentro de um contexto intersubjetivo, pois é necessário que ela possa ser julgada por outrem. Afinal, expressar-se por meio de uma linguagem incompreensível para os demais equivale à ausência de comunicação.

Assim sendo, com o intuito de ampliar a compreensão sobre os jogos de linguagem propostos por Wittgenstein, este trabalho estabelece um diálogo com a filosofia de John Austin, responsável pela formulação da teoria dos atos de fala, e com John Searle, que contribuiu para sua sistematização. Ambos os filósofos, embora com abordagens distintas, aprofundam a noção de linguagem como prática social, desenvolvendo aspectos fundamentais da proposta wittgensteiniana. Valorizam o caráter intersubjetivo da linguagem e reconhecem que o significado linguístico é construído a partir de seu uso em contextos específicos.

Por fim, este trabalho tem como objetivo central apresentar como emerge o conceito de jogos de linguagem na segunda fase filosófica de Ludwig Wittgenstein. Para tanto, em um primeiro momento, será abordado a fase inicial de seu pensamento, centrada na obra *Tractatus Logico-Philosophicus*. Subsequentemente, será analisada a virada conceitual presente nas *Investigações Filosóficas*, com ênfase na noção de jogos de linguagem. Por fim, será estabelecido um diálogo entre Wittgenstein, John Austin e John Searle, discutindo os desdobramentos dos jogos linguísticos na teoria dos atos de fala, bem como suas contribuições e limitações.

2 TRANSIÇÃO DO “PRIMEIRO” PARA O “SEGUNDO WITTGENSTEIN”

2.1 A LINGUAGEM COMO ESPELHO DO MUNDO: A VISÃO DO *TRACTATUS*

A compreensão adequada do pensamento filosófico de Ludwig Joseph Johann Wittgenstein exige um conhecimento prévio de sua formação intelectual e contexto histórico. Reale e Antiseri (2005) delineiam sua vida inicial e acadêmica, destacando suas origens em Viena, na Áustria, no ano de 1889, em uma das mais importantes famílias da capital. Por influência de seu pai, Karl Wittgenstein, fundador da indústria do aço no império dos Habsburgos, Ludwig foi incentivado a estudar engenharia, inscrevendo-se na Escola Técnica Superior de Charlottenburg, Berlim (1906 -1907).

Posteriormente, entre 1908 e 1911, Wittgenstein mudou-se para a Inglaterra, onde estudou na Universidade de Manchester. Em 1911, aconselhado por Gottlob Frege, transferiu-se para Cambridge (Trinity College) para estudar os fundamentos da matemática sob a orientação de Bertrand Russell.

Com o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, Wittgenstein alistou-se voluntariamente no exército austríaco. Durante os anos de serviço militar, trabalhou incessantemente na redação do *Tractatus Logico-Philosophicus*, concluído em 1918. Pouco depois, foi capturado pelos italianos no campo de Cassino. Ao retornar à vida civil, em 1919, encontrou-se com Russell para discutir seu manuscrito, que foi publicado em 1921 nos *Anais de Filosofia Natural (Annalen der Naturphilosophie)*.

Entre 1920 e 1926, Wittgenstein lecionou em escolas primárias de três pequenas localidades da Baixa Áustria. Em 1929, retornou a Cambridge, retomando sua dedicação à filosofia. Nesse mesmo ano, obteve o doutoramento com o *Tractatus* e tornou-se professor do *Trinity College* (1930). Permaneceu em Cambridge até 1936, quando se retirou para a Noruega, onde começou a escrever as *Investigações Filosóficas*.

No ano seguinte, voltou a Cambridge e, dois anos depois, sucedeu G. E. Moore na cátedra de filosofia. Durante a Segunda Guerra Mundial, em 1941, Wittgenstein prestou auxílio em hospitais, cuidando de feridos. Lecionou suas últimas aulas em 1947, quando renunciou à cátedra para dedicar-se à finalização das *Investigações*. Passou o ano de 1948 em solidão, na Irlanda. Em 1949, visitou os Estados Unidos, onde reencontrou seu ex-aluno e amigo Norman Malcolm. Ao retornar a Cambridge, descobriu que estava com câncer. Wittgenstein faleceu em 29 de abril de 1951.

É importante mencionar que Wittgenstein se insere no campo da filosofia analítica (também chamada de “filosofia da linguagem”, “filosofia científica” ou “análise filosófica”), que buscava em seu cerne a clarificação dos conceitos da linguagem, ou seja, pretendia uma análise minuciosa da linguagem em vista da dissolução de mal-entendidos. Nesse sentido, G. E. Moore, um dos fundadores da tradição analítica, já apontava em *Principia Ethica*, mesmo que de forma superficial, a raiz de muitos impasses filosóficos. Na abertura da obra, ele observa:

Parece-nos que na *Ética*, como em todas as questões filosóficas, as dificuldades e divergências de opinião de que a sua história está repleta se devem principalmente a uma causa muito simples, a saber, a tentativa de responder a perguntas sem primeiro descobrir exatamente qual a pergunta para que se deseja encontrar resposta (Moore, 1999, p. 73).

Moore quer enfatizar que a filosofia não deve construir respostas sobre fundamentos obscuros, mas sim esclarecer o que está sendo enunciado, perguntado e pensado. Essa perspectiva conecta-se diretamente ao projeto filosófico de Wittgenstein, pois ele tinha como pretensão a formulação de uma teoria que fosse capaz de dissolver as confusões causadas pelo uso inadequado das proposições, além de estabelecer limites para a própria linguagem.

A primeira fase do seu pensamento, conhecida como “primeiro Wittgenstein”, é representada pela produção do *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921), obra escrita de maneira enigmática e condensada, mas que é, ao mesmo tempo, sistemática e artística. A tese central do *Tractatus* busca fundamentar uma perspectiva de linguagem baseada na concordância entre palavra e realidade, isto é, a linguagem representa projetivamente o mundo e, conseqüentemente, uma forma de linguagem ontológica.

Pode-se afirmar que o *Tractatus* propõe um certo “kantismo linguístico”, ou seja, enquanto Kant buscava as condições de possibilidade do conhecimento, Wittgenstein se dedica a estabelecer as condições de possibilidade de dizer o mundo, sobretudo no âmbito científico. Pinto (1998, p. 144), esclarece que “[...] podemos dizer que o objetivo fundamental da filosofia tractatiana é estabelecer as condições lógico-transcendentais de possibilidade da linguagem.” Talvez o questionamento central de Wittgenstein seja o seguinte: o que pode ser dito com sentido? A partir dessa preocupação, o autor vai tecendo uma análise rigorosa da estrutura lógica das proposições, buscando mostrar como a linguagem pode representar o mundo por meio de imagens lógicas.

O *Tractatus* utiliza-se da teoria da descrição fundamentada por Bertrand Russel, especificamente em sua obra *Principia Mathematica*, que carecia de um conjunto de entidades capazes de preencher os nomes da linguagem de significação. Nesse sentido, Wittgenstein levou ao extremo essa teoria e defendeu que o mundo e a linguagem possuem uma estrutura lógica: o mundo com os fatos atômicos corresponde pictoriamente às proposições atômicas da linguagem e não era apenas uma descrição, como pensava Russel. No aforisma 4.01 do *Tractatus* Wittgenstein afirma que “A proposição é uma imagem da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como nós a pensamos” (Wittgenstein, 2011, p. 53), evidenciando a linguagem como imagem lógica do mundo.

Segundo Pinto (1998, p. 163),

A Teoria Pictórica estabelece uma estrita correspondência entre a proposição e o fato que ela descreve. Isso mostra que o postulado transcendental, que até então tinha sido pensado apenas do ponto de vista linguístico, tem uma contrapartida extralinguística: para fazer sentido, a proposição atômica tem de descrever um fato atômico; do mesmo modo que a proposição atômica se compõe de signos simples, o fato atômico deve ser composto de objetos simples.

Wittgenstein (2011), exemplifica no aforisma 4.014 esse conceito de representação pictorial por meio da relação existente entre o disco fonográfico (codifica o som em estrias), a notação musical (representada por símbolos) e as ondas sonoras (manifestação acústica), ou seja, todas as três formas de representação, segundo ele, compartilham a mesma forma lógica e, por isso, podem ser compreendidas em configurações diferentes. Isso reafirma a ideia de que o sentido de uma proposição

depende da possibilidade de ela figurar um estado de coisas, e não de sua aparência sensorial.

Para tanto, Wittgenstein postulou a existência de objetos simples que estão diretamente ligados aos nomes, e são a forma mais básica da linguagem. Eles funcionam como “átomos lógicos” indivisíveis, imutáveis, e combináveis em estados de coisas, que é a combinação de objetos simples em uma relação específica. Esses estados de coisas, por sua vez, formam os fatos.

Mas Wittgenstein terminou o *Tractatus* sem ao menos dar um exemplo de objeto simples, afinal, segundo ele, essa postulação é necessária apenas estruturalmente, mas que só poderá ser verificada ao final de um processo analítico. Buchholz (2008, p. 60 - 61) esclarece que:

Os diários comprovam que Wittgenstein não chegou a nenhum juízo conclusivo sobre a natureza dos objetos simples. Ele nunca deu exemplos inequívocos de objetos simples, mas apenas afirmou que eles deveriam existir porque objetos complexos e os primeiros passos de sua análise seriam conhecidos à pessoa [...].

Cabe à filosofia, portanto, uma terapia da linguagem, ou seja, distinguir entre aquilo que pode ou não ser enunciado, pois a linguagem cotidiana disfarça o pensamento, não mostrando a verdadeira forma da linguagem, haja vista que ela própria não é uma ciência positiva. Na proposição 4.003 Wittgenstein diz que “As proposições e questões que têm sido escritas acerca de temas filosóficos não são, na sua maior parte, falsas, mas sem sentido” (2011, p. 53).

O que Wittgenstein está dizendo não é que essas proposições são falsas, pois, para tanto, haveria a necessidade de um processo de verificação, que não é o caso, por isso, ele afirma apenas que essas proposições não coadunam com a estrutura lógica da linguagem, isto é, são destituídas de sentido.

A filosofia, enquanto doutrina, tende a desaparecer; no entanto, como método, permanece essencial, pois é justamente por meio dela que compreendemos os limites da linguagem e, com isso, os próprios contornos do mundo. Nesse aspecto, o *Tractatus* defende que as sentenças são uma figuração da própria realidade e não apenas “como se”. A primeira forma de conceber a linguagem caracterizada pela denotação é uma conformidade entre o mundo real e a estrutura da linguagem. Ferraro (2021, p. 1), elucida que

[...] o que foi referido por ele como “proposições linguísticas” dotadas de sentido seriam aquelas que, de alguma forma, conseguem espelhar fatos reais, ou seja, capazes de promover uma distinção de fato entre o verdadeiro (representado pelas tautologias) do falso (representados pelas contradições) – esboçando sua “teoria pictórica do significado”, que estabelece um isomorfismo entre linguagem e realidade.

Marques (1998) afirma que, ao rejeitar a correspondência direta entre todos os elementos da linguagem e da realidade, Wittgenstein busca, no *Tractatus*, assegurar que as relações exprimíveis no modelo simbólico coincidam formalmente com as relações do mundo. Para isso, realiza uma identificação das múltiplas combinações lógicas possíveis em ambos os domínios, estabelecendo uma estrutura de projeção entre linguagem e realidade.

Por exemplo, ao se enunciar “a caneta está sobre a mesa”, temos uma proposição que representa um possível estado de coisas no mundo e ela possui sentido, pois os elementos (“caneta”, “mesa” e “estar sobre”) podem ser combinados na realidade, ou seja, a estrutura lógica dessa proposição espelha o fato que ela descreve. Se, de fato, a caneta estiver sobre a mesa, a proposição será verdadeira, caso contrário, será falsa. Mas, mesmo que seja falsa, a combinação é uma possibilidade lógica no mundo real.

Embora Wittgenstein tenha defendido que o que pode ser dito com sentido são apenas as proposições das ciências positivas, ele se defronta com a existência do inexprimível, que ele mesmo define como “místico”. Este não se submete à representação pictórica nem à estrutura lógica da linguagem. Na proposição 6.41 ele afirma que “O que é místico é que o mundo exista, não como o mundo é” (Wittgenstein, 2011, p. 140), isto é, refere-se não às coisas do mundo, mas se questiona sobre o próprio sentido do mundo. O místico contempla ordem eterna do mundo e não vê o que está ocorrendo, mas visualiza aquilo que possibilita a ocorrência.

Com vistas à comparação e à explicitação dos conceitos, convém ressaltar que essa ideia de “místico” guarda certa semelhança com a experiência do “sublime” kantiano. Kant (2012) afirma que o sublime não está no objeto, mas no espírito daquele que julga. Isto é, da mesma forma que a própria linguagem não pode descrever a experiência do sublime, o místico também aponta para uma dimensão que transcende os fatos da realidade. O sublime nos revela os limites da imaginação e o místico em Wittgenstein revela os limites da linguagem diante daquilo que é indizível.

Essa dimensão mística da linguagem seriam as proposições metafísicas, éticas e religiosas, ou seja, áreas que não se enquadram na linguagem pictórica. Apesar de defender a existência do inexprimível, Wittgenstein insiste no final do *Tractatus* que a linguagem ideal seria aquela que corresponde às proposições das ciências naturais. Podemos constatar no aforisma 6.53 a seguinte asserção:

O método correto da Filosofia seria o seguinte: só dizer o que pode ser dito, i.e., as proposições das ciências naturais – e portanto sem nada que ver com a Filosofia – e depois, quando alguém quisesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que nas suas proposições existem sinais aos quais não foram dados uma denotação (Wittgenstein, 2011, p. 141-142).

Ou seja, Wittgenstein incumbe a filosofia da missão de clarificar os enunciados da linguagem, mas não confere a ela a função de ensinar conteúdos. Além disso, ele explicita que as questões “místicas” (Deus, alma, sentido da existência etc.) não são inexistentes, mas carecem de sentido. Por isso, no aforisma 7, o último e um dos mais emblemáticos do *Tractatus*, ele conclui que “Acerca daquilo de que se não pode falar, tem que se ficar em silêncio” (Wittgenstein, 2011, p. 142).

Conforme aponta Lima e Nascimento (2015), Wittgenstein entende que o sentido da vida não pode ser apreendido por meio de proposições linguísticas, mas sim percebido no silêncio. Trata-se de algo que escapa à elaboração teórica e se manifesta como uma experiência íntima e subjetiva, uma vivência que não se diz, apenas se sente. Pinto, recorrendo à memória poética de Drummond, conclui que:

[...] o *Tractatus* pretenda propiciar ao leitor as condições necessárias para a repetição de um tipo de experiência que Drummond sintetiza muito bem nos

versos finais de seu “Canto Esponjoso”: “Vontade de cantar. Mas tão absoluta que me calo, repleto” (1998, p. 361).

Embora tenha adotado uma postura de silêncio sobre o inexprimível, é salutar destacar que Wittgenstein “desconsiderou” que, ao elaborar o *Tractatus*, ele mesmo não estava utilizando uma linguagem proposicional que se comprovasse na realidade, mas de regras formais da própria linguagem, por isso, ele acabou submetendo-se a uma contradição performativa. Isso significa que ele utilizou a linguagem para postular os limites da própria linguagem. Pinto (1998, p. 341), considera essa crítica da linguagem uma atitude suicida e argumenta que:

Como “crítica da linguagem”, a filosofia corresponde a um empreendimento logicamente impossível. Isso significa que as proposições do *Tractatus*, na medida em que tentam explicitar o resultado da crítica da linguagem, acabam por desrespeitar a lógica da linguagem e constituem contra-sensos.

Nesse “silêncio que fala”, podemos perceber também que o método do atomismo, mesmo estruturado de forma lógica, aponta sempre para algo além dos dados da realidade empírica. Rovighi (2015, p. 505), discorrendo sobre as pretensões do atomismo lógico, que inspirou o Círculo de Viena e o primeiro Wittgenstein, destaca que, “[...] ele julgava poder construir uma linguagem não equívoca e dotada de sentido, na qual o mundo e todos os fatos que o constituem pudessem ser adequadamente representados”, o que não é totalmente possível, pois o atomismo lógico não é capaz de englobar a totalidade da realidade.

Outros autores, como Ribas (2024, p. 127), consideram que “[...] o silêncio filosófico de Wittgenstein é também epistemológico, sendo este um traço de continuidade entre as fases de seu pensamento”. Em outros termos, pode-se dizer que Wittgenstein se calou diante daquilo que, segundo ele mesmo, era indizível (mesmo tendo caído em contradição). Mas, ao mesmo tempo, ele demonstra a insuficiência de sua primeira teoria, indicando de forma silenciosa uma abertura para uma nova abordagem. É importante destacar que as interpretações desse “silêncio” são amplamente discutidas entre os estudiosos, o que reforça o caráter enigmático e provocativo do *Tractatus*.

Souza (1990), defende que Wittgenstein, dominado pelo anseio de uma linguagem perfeita, capaz de ser um instrumento significativo na construção da ciência, ignora os aspectos comunicativos e intersubjetivos da linguagem, fazendo uma redução da linguagem à representação. Por isso, ao defender a ideia de atomismo lógico e de objetos simples no *Tractatus*, isto é, uma linguagem ideal, Wittgenstein submete a própria linguagem em um único tipo de racionalidade, estritamente formal, sem levar em consideração o sentido pragmático da linguagem.

A linguagem se resumiria, portanto, à relação entre sujeito e objeto, mas, como é sabido por todos, se falamos algo, pressupõe-se que seja para alguém sobre algo do mundo. Trata-se de uma prática comunicativa que envolve contexto, intenção e sentido compartilhado.

Ademais, a concepção de uma forma única de linguagem não possui apenas implicações linguísticas, mas também socioculturais. Se considerarmos a linguagem como guardiã de tradições, valores e modos de vida, iremos nos deparar com a defesa de uma única forma “correta” de expressão, o que pode resultar na exclusão de outras formas legítimas de enunciar e compreender a realidade. Um exemplo claro dessa ideia é a existência de diferentes línguas: na lógica do primeiro Wittgenstein, elas

seriam articulações de um mesmo pensamento. Dito de outro modo, as regras de cada língua revelam, em última instância, uma mesma lógica subjacente.

Esse modelo descortina, portanto, uma visão absolutista do significado linguístico e, por conta disso, promove uma absolutização da própria racionalidade humana. A absolutização da racionalidade linguística evidencia tensões entre o ideal lógico e a diversidade humana, que serão aprofundadas no capítulo seguinte por meio da análise crítica da virada filosófica do próprio autor em sua obra póstuma.

2.2 DA REPRESENTAÇÃO AO USO: A TRANSIÇÃO FILOSÓFICA E O CONCEITO DE JOGOS DE LINGUAGEM

Após perceber que o enigma da linguagem não estava “definitivamente resolvido”, como anteriormente supunha no *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein retorna a Cambridge em 1929. Nesse momento, aproxima-se da tradição da filosofia analítica inglesa, que se desenvolvia em dois centros intelectuais: Cambridge e Oxford. A relevância desses polos é tamanha que se convencionou falar em *Cambridge Oxford Philosophy*, não como uma escola filosófica unificada, mas como um movimento caracterizado por um esforço comum de análise da linguagem (Reale; Antiseri, 2005).

Esse momento é amplamente reconhecido como uma fase de transição na trajetória intelectual de Wittgenstein, também denominada “retorno à filosofia”. Nesse novo contexto, ele não defende apenas um tipo de lógica linguística (como no *Tractatus*), mas sim múltiplas lógicas na linguagem.

Isso, no entanto, não significa que tenha passado a considerar suas primeiras reflexões pura e simplesmente como errôneas, mas sim como incapazes de elucidar todos os problemas da linguagem em virtude de resultarem de uma maneira “supersticiosa” de abordagem (Wittgenstein, 1996, p. 13).

Essa mudança conceitual inaugura uma abordagem terapêutica da filosofia, cujo objetivo não consiste em construir sistemas, mas dissolver confusões conceituais por meio da análise dos jogos de linguagem, ou seja, não se deve buscar o que presumidamente esteja oculto sob a linguagem, mas se atentar quanto ao seu funcionamento. A abordagem metafísica precisa dar lugar a uma perspectiva mais pragmática.

À luz dessa mudança de perspectiva, é pertinente delinear algumas das razões que levaram Wittgenstein a retomar sua atividade filosófica com essa nova impostação. Conforme apontam Reale e Antiseri (2005), três fatores merecem evidência: 1) os encontros com membros do Círculo de Viena, que, embora admirassem o *Tractatus Logico-Philosophicus*, provocaram reflexões críticas sobre sua recepção positivista; 2) os colóquios com Ramsey, nos quais se discutiu a revisão das teses centrais do *Tractatus*. Ramsey levantou dúvidas sobre a ideia de que a estrutura lógica da linguagem espelharia perfeitamente a estrutura do mundo; 3) e a experiência pedagógica com crianças em escolas primárias, cujo uso espontâneo da linguagem revelou a complexidade dos jogos linguísticos e contribuiu para a reformulação de sua concepção de significado.

Como aludido, esse momento da vida de Wittgenstein é conhecido não apenas como uma mudança geográfica, mas como um “retorno à filosofia”, representando um marco decisivo em seu desenvolvimento filosófico. É justamente nesse período, comumente

chamado de “segundo Wittgenstein”, que o autor toma um caminho distinto daquele proposto anteriormente, retirando a linguagem do estado reducionista, centrado em proposições lógicas, em que ele mesmo havia colocado ao desenvolver o *Tractatus Logico-Philosophicus* (Oliveira, 1995).

Essa virada conceitual encontra seu ponto culminante na obra *Investigações Filosóficas* (*Philosophische Untersuchungen*), publicada postumamente (1953), em que Wittgenstein desconstrói a ideia de uma estrutura fixa da linguagem e propõe uma concepção mais dinâmica, contextual e orientada pelo uso como fundamento do significado.

É importante mencionar, desde já, que *O Livro Azul*, composto por notas de cursos ministrados entre 1933 e 1934, e *O Livro Marrom*, que reúne reflexões dos anos de 1934 e 1935, já continham material que seria posteriormente aproveitado em *Investigações Filosóficas* (Marcondes, 2017). Isto leva-nos a compreender que as *Investigações* são um caminho que Wittgenstein foi construindo gradualmente, com base em experiências pedagógicas e revisões críticas de sua própria obra inicial.

Dessa forma, observa-se que em sua fase tardia Wittgenstein rompe com uma certa doutrina, como uma certa concepção de razão, que nos acompanha desde Descartes, isto é, uma razão que pode encontrar na mente humana o seu fundamento último, a sua base suficientemente necessária. O autor, como outros do século XX, propõe uma outra dimensão, ou seja, a dimensão social, que valoriza o acordo entre as pessoas, substituindo as intenções e projeções de um sujeito “senhor de si mesmo”, para colocar em funcionamento a linguagem.

Segundo Rovighi (2015, p. 506), “[...] o princípio de verificação, pressuposto na rígida formulação fornecida pelos neopositivistas do Círculo de Viena, é substituído na filosofia analítica pelo chamado “princípio de uso”. Isso significa que não se busca mais reduzir as proposições significativas à linguagem empírica, mas o foco passou a ser o uso da linguagem na vida ordinária. Wittgenstein admite que a linguagem é dotada de múltiplos significados derivados de seu uso na realidade em que o falante está inserido, ou seja, a linguagem é intersubjetiva. No parágrafo 43 ele salienta que “Pode-se, para uma *grande* classe de casos de utilização da palavra “significação” – se não para *todos* os casos de sua utilização –, explicá-la assim: a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (Wittgenstein, 1996, p. 43).

O princípio de uso pressupõe que as significações linguísticas constituem um fenômeno social, o que representa um ponto crucial para a substituição da concepção semântica tradicional por uma abordagem predominantemente pragmática da linguagem (Condé, 2004). Essa forma de pensar a linguagem reflete a crítica de Wittgenstein de que o significado está “por detrás”, como algo puramente mental. Não há, portanto, uma essência subjacente a ser buscada nas palavras que enunciamos. Ele sintetiza bem a ideia central da filosofia da linguagem ordinária contra uma espécie de mentalismo e essencialismo. No parágrafo 116 das *Investigações* lê-se:

Quando os filósofos usam uma palavra – “saber”, “ser”, “objeto”, “eu”, “proposição”, “nome” – e procuram apreender a *essência* da coisa, deve-se sempre perguntar: essa palavra é usada de fato desse modo na linguagem em que ela existe? Nós reconduzimos as palavras do seu emprego metafísico para o seu emprego cotidiano (Wittgenstein, 1996, p. 66).

No trecho 432 das *Investigações*, Wittgenstein também oferece uma importante conceituação sobre o princípio de uso ao declarar: “Todo signo sozinho parece morto. O *que* lhe dá vida? – No uso, ele *vive*. Tem então a viva respiração em si? – Ou o *uso* é sua respiração?” (Wittgenstein, 1996, p. 129). Consoante Marcondes (2017), o autor procura ressaltar que o significado de um signo não deve ser compreendido com base em sua vinculação a um objeto do mundo real.

Tal vinculação, por sua vez, implicaria uma dependência de uma relação com uma entidade mental capaz de lhe atribuir um conteúdo cognitivo, o que resultaria no *solipsismo*, isto é, a ideia de que só a própria mente existe ou pode ser conhecida. É importante dizer que Wittgenstein é um dos principais críticos contemporâneos do solipsismo, devido as consequências problemáticas dessa concepção.

Nesse contexto, um conceito central que emerge nas *Investigações Filosóficas* é o de jogos de linguagem (*Sprachspiel*), apresentado como resposta à pretensão de uma estrutura única e universal para o uso da linguagem. Enquanto o “primeiro Wittgenstein”, no *Tractatus*, defendia uma forma única de racionalização, pautada por uma concepção logicista e representacionista da linguagem e do mundo, sua fase posterior abandona essa rigidez e reconhece a multiplicidade de formas de expressão e racionalidade. O significado passa a ser entendido a partir dos diversos usos que fazemos da linguagem em contextos específicos, revelando uma pluralidade de jogos de linguagem que refletem as nuances da vida cotidiana.

De acordo com Buchholz (2008, p. 80),

A analogia, com a qual Wittgenstein simpatiza na fase posterior de sua concepção filosófico-linguística, é o jogo. Seu valor parece estar relacionado, especialmente, a três propriedades que dizem respeito tipicamente a jogos: a autonomia do jogo [...], a finalidade restrita ou prefixada do jogo e a sua natureza de ser orientado por regras.

A teoria dos jogos linguísticos ilustra de forma clara que o jogo é dotado de uma autonomia, isto é, não existe um conceito que defina “jogo” de maneira única, mas o jogo se revela de diversas maneiras diferentes. Os jogos também estão ligados diretamente às funções que exercem em determinado contexto e são regidos por regras compartilhadas, sejam elas sociais, culturais ou contextuais. Condé (2004), explica que Wittgenstein não define de forma rigorosa o conceito de jogos de linguagem, muito embora estes sejam regidos por regras. Afinal, Wittgenstein quer justamente demonstrar o caráter dinâmico e diverso das atividades humanas.

No parágrafo sétimo das *Investigações*, em menção crítica à forma agostiniana (e ao próprio *Tractatus*) de conceber a linguagem como figuração da realidade, Wittgenstein apresenta o conceito de jogos de linguagem da seguinte forma:

Podemos também imaginar que todo o processo do uso das palavras em (2) é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de “*jogos de linguagem*”, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem. [...] Chamarei também de “jogos de linguagem” o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada (Wittgenstein, 1996, p. 30).

Ele propõe que o aprendizado da linguagem, como ocorre com as crianças, se dá por meio de práticas sociais, ou seja, por meio de jogos que envolvem ações, gestos, reações e contextos específicos. Wittgenstein (1996) aponta que a expressão “jogo

de linguagem” deve evidenciar o fato de que falar uma língua é parte de uma atividade ou de uma forma de vida. Por exemplo, quando os cônjuges, no matrimônio, dizem “sim” diante do sacerdote e da comunidade reunida, não estão apenas proferindo uma palavra, mas realizando um ato institucional que é reconhecido por todos os partícipes da cerimônia. O valor de verdade desse “sim” só adquire sentido porque está inserido em uma forma de vida específica, regida por normas e expectativas que compõem o jogo de linguagem do casamento.

Cada forma de vida é atravessada por diversos jogos de linguagem, que surgem e desaparecem conforme o contexto, apresentando, como mencionado no exemplo anterior, características próprias e regras implícitas.

Wittgenstein entende por uma forma de vida, neste caso, o contexto cultural geral através do qual se relacionam, uma com as outras, as diversas ações de uma pessoa [...] Se quisermos determinar significados, precisamos, por isso, descrever vínculos de vida (Buchholz, 2008, p. 79).

Um outro exemplo contemporâneo dessa dinâmica pode ser observado nas formas de vida digitais, nas quais emergem jogos de linguagem específicos mediados por *emojis*, *hashtags*, *memes*, gírias e outros elementos simbólicos. O termo *Tbt* muito utilizado nas redes sociais, que significa literalmente “quinta-feira do regresso”, é um modelo claro de jogo linguístico adotado no meio virtual.

Conforme Lara (2022), “Nas redes sociais, especialmente no Instagram, a sigla (em geral convertida em *hashtag*: #tbt) costuma ser incluída em legendas para fotos antigas que os usuários publicam às quintas-feiras.” Ou seja, este claro exemplo mostra como o valor semântico desses símbolos e nomenclaturas só se revestem de significado em um contexto, neste caso, nas redes sociais; devido a uma convenção dos usuários. Trata-se de um uso que só pode ser entendido dentro da forma de vida digital.

Além do uso em uma forma de vida, a linguagem é um conjunto de regras e, ao mesmo tempo, não existe uma única regra fixa, mas o que há são regras que se aplicam a contextos específicos. Wittgenstein (§31) exemplifica o conceito de “jogo” dotado de regras por meio de diversas situações, sendo uma delas o jogo de xadrez:

Quando se mostra a alguém a figura do rei no jogo de xadrez e se diz “Este é o rei do xadrez”, não se elucida por meio disso o uso dessa figura, a menos que esse alguém já conheça as regras do jogo, até esta última determinação: a forma da figura rei. Pode-se pensar que já aprendera as regras do jogo, sem que lhe tenha mostrado uma figura real. A forma da figura do jogo corresponde aqui ao tom, ou à configuração de uma palavra (1996, p. 38).

Assim como ocorre nos jogos, uma palavra isolada, isto é, seu som e sua forma, não alcança um significado completo fora do conjunto de regras e usos que articulam a linguagem. Isso porque a linguagem não se insere em um sistema fechado, mas constitui um conjunto de possibilidades de comunicação por meio de signos, que são, em sua origem, vagos e indeterminados, adquirindo sentido apenas dentro do contexto em que são empregados. Por isso, “Assim como no caso dos jogos, os lances possíveis dependem da situação (posição no tabuleiro), e, para cada lance, certas reações serão inteligíveis, ao passo que outras serão rejeitadas” (Glock, 1998, p. 226).

Pode-se inferir que o sentido subjetivo se objetiva na *práxis*. A atividade, assim como o jogo, se dá dentro de um contexto social em que os participantes desempenham

diferentes papéis, levando em consideração as suas respectivas funções, mas tendo, sobretudo, de manter a observância das regras. No parágrafo 202 Wittgenstein explica que “[...] seguir a regra” é uma *práxis*. E *acreditar* seguir a regra não é seguir a regra. E daí não poderemos seguir a regra “*privadamente*”; porque, senão, acreditar seguir a regra seria o mesmo do que seguir a regra” (1996, p. 93).

Por essa razão, uma linguagem privada na qual “As palavras dessa linguagem devem referir-se àquilo que apenas o falante pode saber; às suas sensações imediatas, privadas (Wittgenstein, 1996, p. 336, par. 243), não representa uma linguagem verdadeiramente autêntica e regida por regras claras. A linguagem só pode funcionar se houver a capacidade de “[...] uma justificação que todos compreendem” (Wittgenstein, 1996, p. 101, par. 261). Ou seja, capaz de ser julgada quanto ao seu uso, pois uma linguagem que não pode ser compartilhada não é linguagem no sentido pleno.

Diante do exposto, pode surgir o seguinte questionamento: “Qual a relação existente entre os variados jogos de linguagem?” Para responder tal indagação, Wittgenstein se utiliza do conceito de “semelhança de família” (*Familienanlichkeiten*) e define que, diante do caráter múltiplo e variado dos jogos linguísticos, o que os une são as semelhanças que existem entre os membros de uma família, ou seja, ele faz essa analogia para salientar que não existe uma conexão imediata e subjacente entre as diversas formas do falar comum, mas uma aproximação parental e aleatória entre os jogos usados. Cabe destacar que o conceito de semelhança de família também se aplica a termos com sentido semelhante.

Condé (2004), esclarece que ao abordar a noção de semelhança de família no contexto dos jogos, Wittgenstein procura evidenciar que essa semelhança não se baseia em uma propriedade fixa e invariável. Ao afirmar que algo possui semelhança de família com outra coisa, ele não está postulando uma identidade essencial entre os elementos comparados, mas sim apontando para uma aproximação parcial entre certos traços, usos ou funções. Trata-se de uma rede de semelhanças entrelaçadas, como ocorre entre membros de uma família, que compartilham características físicas ou comportamentais em diferentes combinações, sem que haja um traço único presente em todos (Wittgenstein, 1996).

Outrossim, é fundamental para a correta compreensão das semelhanças de família atinar-se à questão de que o

[...] jogo de linguagem contém diversas possibilidades de analogias, isto é, ele encerra em si uma complexa rede de ações e significações cambiantes que podem se interconectar-se no interior de um mesmo jogo de linguagem ou ainda com outros jogos de linguagem (Condé, 2004, p. 54).

Isso leva à compreensão de que a semelhança de família e, conseqüentemente, os jogos linguísticos, mostram como a linha do segundo Wittgenstein oferece um caminho amplo de reconhecimento de várias formas de racionalização no interior da linguagem. Em outras palavras, o que define, portanto, o jogo não é unicamente o caráter estático de suas características, mas é apenas uma rubrica dos diversos modelos de relação de semelhança e dessemelhança, e não a definição de uma essência do que seja propriamente o jogo. Tomando os dizeres do próprio Wittgenstein (§66):

Considere, por exemplo, os processos que chamamos de “jogos”. Refiro-me a jogos de tabuleiros, de cartas, de bola, torneios esportivos etc. O que é comum a todos eles? Não diga: “Algo deve ser comum a eles, senão não chamariam “jogos”, – mas veja se algo é comum a eles todos. – Pois, se você os contempla, não verá na verdade algo que fosse comum a *todos*, mas verá semelhanças, parentescos, e até toda uma série deles (1996, p. 52).

Portanto, evidencia-se que a proposta de Wittgenstein não é apenas retirar o fundamento metafísico (essência) da linguagem, mas busca salientar que é nesse contexto de semelhanças e diferenças que situa-se e se estabelece a racionalidade. Nesse sentido, “A análise não é redução, mas interpretação do sentido implícito à linguagem comum” (Oliveira, 1995, p. 98). A linguagem, nesse enquadramento, não é um espelho da realidade (como no *Tractatus*), mas uma ferramenta viva que molda e é moldada pelas formas de vida nas quais está inserida.

Essa perspectiva é sintetizada por Condé (2004, p. 154), ao destacar que “[...] Wittgenstein abandona a “racionalidade contemplativa” do “ver” (*Sehen*), presente no “paradigma da representação”, para adotar uma racionalidade que se constitui a partir da nossa gramática e do nosso “atuar” (*handeln*)”.

Oliveira (1995, p. 99), fazendo considerações sobre a segunda fase de Wittgenstein, infere que “Linguagem e vida, linguagem e ação se articulam à medida que a linguagem nada mais é do que a expressão, a manifestação da vida, da ação do homem”. Isto significa que o segundo Wittgenstein tem como alicerce o retorno à linguagem comum, por isso, os jogos de linguagem se apresentam como motivação principal, o cerne de suas investigações.

Contudo, isso se desdobra em muitas outras reflexões, como o reconhecimento de diversas formas de expressão e culturas. Ou seja, as *Investigações Filosóficas* apresentam uma abertura à diversidade linguística que não existia no primeiro Wittgenstein e, além disso, abrem espaço para conceber a linguagem como um fenômeno culturalmente situado.

3 METODOLOGIA

O procedimento utilizado para a pesquisa em questão foi o de pesquisa bibliográfica de cunho exploratório. Este tipo de pesquisa é fundamental, sobretudo no meio acadêmico, e visa aprofundar e atualizar o conhecimento, por meio de uma investigação científica de obras que já foram publicadas. Nesse ínterim, de acordo com Vergara (2010, p. 43), compreende-se a pesquisa bibliográfica como “[...] o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Além disso, ressalta-se o caráter exploratório que de acordo com Gil (2002, p. 41), possui o intuito de “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”.

Para tanto, foram utilizados textos do próprio autor, sobretudo as suas duas principais obras: *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) e *Investigações Filosóficas* (1953), além de outros livros e artigos de comentadores. Consoante a Severino (2013, p. 55), “o primeiro esclarecimento a ser buscado são os dados a respeito do autor do texto. Uma

pesquisa atenta sobre a vida, a obra e o pensamento do autor da unidade fornecerão elementos úteis para uma elucidação das ideias expostas na unidade”.

Dessa forma, a pertinência da pesquisa bibliográfica exploratória se mostra pela necessidade de se levantar informações e esclarecer os conceitos a respeito do desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein, com especial atenção ao conceito de jogos de linguagem, que se consolida em sua fase filosófica tardia. Além disso, foram identificados traços de desenvolvimento dessa noção nas contribuições de J. L. Austin e J. Searle. A partir das leituras realizadas, procedeu-se à análise, reflexão e sistematização das informações coletadas, bem como das conclusões delas auridas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 VANTAGENS E LIMITES DOS JOGOS DE LINGUAGEM: WITTGENSTEIN, J. AUSTIN E J. SEARLE

A partir das análises desenvolvidas até aqui, torna-se evidente que o conceito de jogos de linguagem, formulado por Wittgenstein em sua fase tardia, constitui uma chave interpretativa essencial para compreender como atribuímos significado às nossas elocuções cotidianas. Tal conceito evidencia que o sentido das palavras não é fixo ou intrínseco, mas emerge do uso que fazemos delas em diferentes espaços, contextos sociais e relações interpessoais. Além disso, a valorização de diferentes formas de linguagem é a aceitação das diversas formas de racionalidade. Ao admitir que não há uma única forma legítima de expressão ou de pensamento, abre-se espaço para compreender outras maneiras de construir sentido, argumentar e interagir com a realidade vivida.

A participação no jogo implica um consenso entre os jogadores (falantes) sobre as regras do próprio jogo. Pois o jogo linguístico organiza a participação dos sujeitos por meio de expressões verbais, gestos e ações, sendo que o envolvimento em uma interação pressupõe um consenso sobre as regras gramaticais que a estruturam, o que implica também a inserção em instituições e práticas sociais compartilhadas (Luchi, 1999). Nesse contexto, Wittgenstein (1996, p. 92) afirma nas *Investigações* (§199) que “Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (costumes e instituições)”.

Embora os jogos de linguagem sejam um grande avanço entre a primeira e segunda fase do pensamento de Wittgenstein e, indubitavelmente na própria filosofia da linguagem, tal conceito teve diversos desenvolvimentos, afinal, ele não dispôs de uma teoria dos jogos linguísticos, mas buscou analisar os diversos casos em suas idiosincrasias. Luchi (1999, p. 150), seguindo Habermas, diz que

Wittgenstein não desenvolve uma teoria dos jogos linguísticos, mas concebe a análise linguística como um procedimento *ad hoc* que visa tornar os falantes conscientes do funcionamento dos jogos linguísticos, com intenção terapêutica.

Dessa forma, filósofos como Austin e Searle buscaram sistematizar os tipos de jogos linguísticos, uma vez que o próprio Wittgenstein os mencionou, mas não chegou a propor uma organização formal desses jogos. Ambos, portanto, contribuíram significativamente para o desenvolvimento da teoria dos atos de fala, ao aprofundarem

a noção de que o significado da linguagem está intrinsecamente ligado ao seu uso em contextos específicos.

Nessa ótica, para que haja um alargamento da compreensão e, inclusive, uma experiência comparativa, convém citar as contribuições de Austin que, assim como Wittgenstein e outros filósofos da Pragmática, também buscou compreender a linguagem não apenas como veículo de descrição, mas como forma de ação. O intento de Austin era “[...] propor um método de análise de problemas filosóficos por meio do exame do uso da linguagem, entendido aqui como um modo de realizar atos por meio de palavras” (Marcondes, 2017, cap. 5).

John Langshaw Austin (1911–1960), filósofo da linguagem da tradição analítica e professor em Oxford, é amplamente reconhecido por desenvolver a teoria dos atos de fala. Essa teoria foi apresentada em sua obra póstuma *How to Do Things with Words* (Como fazer coisas com palavras), baseada em doze conferências proferidas na Universidade de Harvard em 1955 e editadas por J. O. Urmson, seu amigo e colaborador próximo (Schwartz, 2017).

Rovighi (2015, p. 523) sublinha que

A investigação de Austin passa então a configurar-se cada vez mais como uma fenomenologia da linguagem, que não cuida exclusivamente do aspecto lógico e sintático, mas se preocupa em caracterizar também os contextos nos quais se realiza o ato linguístico e ressaltar os efeitos que este pode produzir sobre o comportamento das pessoas.

Ao desenvolver a teoria dos atos de fala (*Speech Act Theory*), seu trabalho mais reconhecido, o autor demonstrou que dizer algo é, muitas vezes, fazer algo, como prometer, ordenar, perguntar ou nomear. Essa abordagem complementa a perspectiva de Wittgenstein ao evidenciar que o uso da linguagem está diretamente ligado às práticas sociais e às intenções dos falantes. Pode-se inferir que Austin deu novas direções à concepção de linguagem formulada por Wittgenstein com a introdução do termo “performativo”.

Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento desse tipo? Proponho denominá-la sentença performativa ou proferimento performativo, ou, de forma abreviada, “um performativo”. O termo “performativo” será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo “imperativo”. Evidentemente esse termo é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica que, ao se emitir o proferimento, está se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente “a dizer algo” (Austin, 1990, p. 25).

Desse modo, pode-se evidenciar que dizer não é só transmitir informações, mas é sobretudo uma forma de agir sobre o interlocutor e sobre o mundo e, além disso, o performativo não é apenas uma exceção, mas uma forma habitual do próprio funcionamento da linguagem. Austin exemplifica a ação performativa da seguinte forma: “Batizar um navio é dizer (nas circunstâncias apropriadas) as palavras “Batizo, etc.”. Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., “Aceito”, não estou relatando um casamento, estou me casando” (1990, p. 25). Ou seja, não existem apenas proferimentos constatativos, que apenas descrevem, mas a linguagem é dotada de atos performativos que incidem na realidade.

Segundo Marcondes (2017), a natureza da linguagem ultrapassa o mero ato de comunicar: trata-se de uma forma de interação que transforma o contexto em que é

empregada. Ao invés de apenas refletir a realidade, a linguagem a modifica, cria novas situações e interfere diretamente no mundo. Isso é evidente nos chamados verbos performativos, como “nomear”, “revogar” ou “batizar”, que não apenas descrevem uma ação, mas a realizam no próprio ato de enunciação.

Quando a linguagem assume um papel performativo ela deixa de ser mero espelho da realidade, mas torna-se ferramenta de criação. Não apenas moldamos o mundo com o que dizemos, mas o edificamos no entrelaçar vivo do diálogo, onde o sentido emerge da interação. Nesse contexto, é conveniente destacar que Austin e Wittgenstein tem pontos em comum no que tange à atribuição de significado às elocuições, pois ambos concordam que o sucesso da linguagem depende de práticas sociais compartilhadas e da própria interação social.

De acordo com Schwartz (2017, p. 134), “O ponto essencial de uma elocução performativa não é fazer um relatório verdadeiro ou falso de algum tipo de evento interno ou ocorrência espiritual [...] mas realizar a ação em questão”. Isto quer dizer que as elocuições performativas não são julgadas no critério de verdade ou falsidade, mas por meio de outros critérios, como a situação adequada, pela pessoa certa e da maneira correta. Por exemplo, se um magistrado diz fora do tribunal do júri e sem um processo legal: “o senhor está condenado a sete anos de prisão”, aparentemente, essa elocução performativa não realizará nenhum ato. Afinal, é infeliz por não se adequar à realidade legal.

Austin examina detalhadamente os tipos de forças que as elocuições podem ter e as classifica em atos de fala, a saber: locucionários, ilocucionários e perlocucionários. O ato locucionário de uma elocução consiste na produção de palavras ou frases com sentido. Por exemplo, ao dizer “Está chovendo”, o falante realiza um ato locucionário, pois está descrevendo uma situação do mundo, ou seja, está comunicando algo com significado e referência. Austin classifica o ato locucionário da seguinte forma:

E começamos distinguindo todo um grupo de sentidos de “fazer algo” que dizer algo é, em sentido normal e completo, fazer algo – o que inclui o proferir certos ruídos, certas palavras em determinada construção, e com um certo “significado” no sentido filosófico favorito da palavra, isto é, com um sentido e uma referência determinados. A esse ato de “dizer algo” nesta acepção normal e completa chamo de realização de um ato locucionário [...] (Austin, 1990, p. 85).

Já os atos ilocucionários dizem respeito à intenção por trás do que é enunciado. Nesse contexto, “[...] realizamos atos ilocucionários tais como informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se, etc., isto é, proferimentos que têm uma certa força convencional” (Austin, 1990, p. 95). Ao se comunicar o falante exerce uma força ilocucionária, ele não apenas diz algo, mas realiza uma ação, ou seja, há uma intenção comunicativa a partir daquilo que se fala.

Marcondes (2017), explica que ao proferir uma expressão como “Prometo que lhe pagarei amanhã”, o falante não está apenas descrevendo uma intenção ou estado mental, mas realizando efetivamente o ato de prometer. Nesse caso, o verbo “prometer” funciona como um verbo performativo, pois sua enunciação constitui a própria ação. Os verbos performativos são aqueles que expressam diretamente a força ilocucionária do ato de fala, revelando o tipo de ação que está sendo realizada por meio da linguagem e criando vínculo entre os interlocutores, coordenado nas ações.

Além dos atos locucionários e ilocucionários, “[...] também podemos realizar atos perlocucionários, os quais produzimos porque dizemos algo, tais como convencer, persuadir, impedir ou, mesmo, surpreender ou confundir” (Austin, 1990, p. 95). Este tipo de ato de fala se caracteriza pela capacidade de produzir sentimentos, pensamentos e ações em outras pessoas. Para tanto, “Devemos distinguir o ato ilocucionário do ato perlocucionário. Por exemplo, devemos distinguir entre “ao dizer tal coisa eu o estava prevenindo” e ‘por dizer tal coisa eu o convenci, ou surpreendi, ou o fiz parar’” (Austin, 1990, p. 96).

Nos atos ilocucionários temos uma dinâmica convencional, ou seja, há regras sociais, institucionais e linguísticas; nos perlocucionários, não há um movimento convencional, pois não se pode prever a reação do ouvinte diante de uma sentença proferida. Além disso, essas reações variam conforme o contexto em que estão inseridas. Austin explica essa distinção entre o objeto perlocucionário e a sequência perlocucionária (ou sequela) da seguinte forma:

O que é objeto perlocucionário de uma ilocução pode ser sequela de outra. Por exemplo, o objeto perlocucionário de prevenir, alertar alguém, pode ser uma sequela de um ato perlocucionário que alarma alguém. Por outro lado, que alguém se sinta dissuadido pode ser a sequela de uma ilocução, em lugar de ser o objeto de dizer “não faça isso”. Alguns atos perlocucionários sempre têm sequelas, mais do que objetos, a saber: aqueles atos que carecem de fórmula ilocucionária. Assim, posso surpreender, ou perturbar ou humilhar alguém por meio de uma locução, embora não existam as fórmulas ilocucionárias “Surpreendo-te por...”, “Perturbo-te por”, “Humilho-te por...” (Austin, 1990, p. 101).

Para que haja um alargamento da compreensão do ato de fala em questão, pode-se utilizar o seguinte exemplo: você diz ao motorista: “Se você continuar em alta velocidade, poderá causar um grave acidente!” É importante observar que há a presença do ato ilocucionário (advertir e alertar), mas também se espera um ato perlocucionário, isto é, que o motorista fique com medo e diminua a velocidade. Isso revela que a linguagem não é apenas um instrumento de transmissão de informações, mas uma prática que mobiliza ações, reações e significados, tornando-se um fenômeno dinâmico e profundamente relacional.

Por conseguinte, a teoria dos atos de fala demonstra que certas expressões linguísticas como promessas ou recomendações possuem uma estrutura composta por duas partes: uma sentença dominante, que envolve o uso da primeira pessoa como sujeito, a segunda pessoa como objeto e um verbo performativo; e uma sentença dependente, que apresenta o conteúdo da ação. A primeira parte é considerada ilocucionária, pois estabelece uma relação intersubjetiva entre os interlocutores, enquanto a segunda é assertória, expressando o entendimento transmitido, uma situação no mundo (Luchi, 1999).

John Searle (1932 - 2025), que foi discípulo de Austin, promoveu um desenvolvimento na teoria dos atos de fala, sobretudo no que tange aos atos ilocucionários. Segundo Searle, a teoria de Austin apresenta algumas limitações importantes que merecem uma análise mais aprofundada. Em suas palavras:

Em resumo, a taxinomia de Austin depara-se com (no mínimo) seis dificuldades interrelacionadas; em ordem crescente de importância: há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre as categorias, muitos dos

verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o que é mais importante, não há princípio consistente de classificação [...] o que me proponho a fazer é tomar o propósito ilocucionário, e seus corolários, a direção dos ajustes e as condições de sinceridade expressas, como base para construção de uma classificação. Em tal classificação, outras características – o papel da autoridade, as relações discursivas, etc. – encontrarão seu lugar apropriado (Searle, 1995, p. 18).

Para tanto, Searle propõe uma classificação dos atos ilocucionários em cinco categorias: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarativos. Os assertivos têm como finalidade comprometer o falante com a verdade da proposição expressa, isto é, afirmações sobre estados de coisas no mundo. Os diretivos consistem em tentativas de levar o ouvinte a realizar alguma ação, como, por exemplo, um convite. Já os compromissivos envolvem o comprometimento do falante com uma linha futura de ação (ex.: “Eu prometo que lerei o livro”). Os expressivos têm como propósito manifestar um estado psicológico em relação a determinada situação (ex.: expressar os parabéns). Por fim, os declarativos produzem alterações no estado de coisas por meio do próprio ato de fala (ex.: “Eu te batizo em nome...”.) (Searle, 1995).

Diante do exposto, ainda que não se pretenda desenvolver sistematicamente o pensamento de Austin e Searle, é possível observar um percurso conceitual marcante: partindo dos jogos linguísticos propostos por Wittgenstein, passando pela teoria dos atos de fala de Austin, e culminando na classificação sistemática elaborada por Searle. Trata-se, portanto, de um conceito que conheceu múltiplos desdobramentos ao longo do tempo, refletindo o aprofundamento progressivo da compreensão sobre o papel da linguagem como forma de ação.

Marcondes afirma em *As Armadilhas da Linguagem* que

Essas concepções pragmáticas, como as de Wittgenstein e de Austin, levaram à questão do indeterminismo semântico, já que o significado não é uma propriedade das palavras – aquilo que se buscou explicar na Antiguidade pelo conceito –, e sim uma função do uso da linguagem. O significado consiste agora em um conjunto de possibilidades de uso, de regras para a determinação de usos possíveis e não mais de objetos no real (2017, cap. 2).

Embora não se possa afirmar que Austin representa uma superação direta de Wittgenstein, sua teoria dos atos de fala pode ser vista como um desdobramento analítico importante da concepção wittgensteiniana de linguagem como uso. Ao oferecer uma classificação detalhada dos atos linguísticos e ao enfatizar seus efeitos nos interlocutores, Austin contribui para uma compreensão mais precisa da linguagem como prática social, aprofundando os caminhos abertos pelo pensamento tardio de Wittgenstein. Outrossim, Searle é uma demonstração clara de aperfeiçoamento e sistematização na teoria de Austin.

Sem o intuito de esgotar as reflexões de ambos os filósofos, devemos concordar que por mais que tenhamos muita familiaridade com a própria linguagem, ao mesmo tempo, de um ponto de vista teórico, ela revela-se como o fenômeno mais complexo de se compreender. É o que também afirma Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* (§89): “[...] é muito mais essencial para nossa investigação não querer aprender nada de *novo*. Queremos *compreender* algo que já esteja diante de nossos olhos. Pois parecemos, em algum sentido, não compreender *isto*” (Wittgenstein, 1996, p. 61).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu evidenciar a evolução significativa no pensamento de Wittgenstein, isto é, a passagem da ideia logicista do *Tractatus*, que admitia apenas um tipo de racionalidade na linguagem, para uma abertura e valorização da linguagem comum no segundo Wittgenstein, representado pelas *Investigações Filosóficas*, onde diversas formas de racionalidade são aceitas e incorporadas. Há, portanto, a transição do princípio da verificação, acentuado pelo neopositivismo, para o princípio de uso, proposto por Wittgenstein em sua fase tardia.

A contradição performativa do *Tractatus* e suas limitações abriram caminho para que o autor realizasse uma guinada em seu pensamento e descortinasse o conceito de jogos de linguagem, talvez o mais caro de sua segunda concepção, demonstrando, com isso, a importância da construção intersubjetiva da linguagem, que se dá no uso cotidiano e está totalmente enraizada na forma de vida de cada sociedade. Podemos inferir, assim, que a linguagem científica não é a única dotada de sentido, mas sim uma entre as muitas formas de linguagem significativa.

Os jogos de linguagem foram a forma que Wittgenstein utilizou para demonstrar que, por detrás dos enunciados que realizamos, não há uma estrutura transcendental subjacente, mas sim uma construção social que se dá no consenso entre os falantes e está regida por meio de regras. Afinal, Wittgenstein não concorda com uma linguagem privada, mas defende uma linguagem pública, capaz de ser contestada por outrem, ou seja, compartilhada por uma comunidade de falantes.

Ademais, embora o conceito de jogos de linguagem represente um avanço significativo na compreensão da linguagem no século XX, ele não constitui a palavra final sobre esse tema tão relevante para a filosofia, tendo sido objeto de diversos desdobramentos. Um exemplo notável é o trabalho de John L. Austin, que propôs uma sistematização da linguagem por meio da teoria dos atos de fala. John Searle, por sua vez, contribuiu ao aprofundar essa abordagem, especialmente ao classificar os atos ilocucionários com maior precisão. Isso demonstra um amadurecimento no próprio conceito de jogos linguísticos, mesmo com as especificidades de cada pensador.

À luz dessa perspectiva, é possível perceber que a linguagem não se limita à representação de estados de coisas, mas envolve ações, intenções e contextos. Essa mudança de paradigma contribuiu significativamente para o entendimento da linguagem como prática social, ampliando os horizontes da filosofia e das ciências humanas. O discurso deixou de ser apenas reflexo da sociedade e passou a ser visto como instrumento de construção social.

Portanto, este trabalho buscou apontar como os jogos de linguagem propostos por Wittgenstein abriram caminho para abordagens pragmáticas, como a de Austin e Searle, revelando a complexidade e a dinamicidade do fenômeno linguístico. Ainda que não se esgote o debate, a reflexão aqui desenvolvida reforça a importância de compreender a linguagem em sua multiplicidade de usos e significados.

Espera-se que esta pesquisa contribua para futuras investigações que aprofundem o diálogo entre a filosofia da linguagem e a busca pelo significado das diversas elocuições que realizamos cotidianamente, reconhecendo que o estudo da linguagem permanece um campo fértil e em constante transformação.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BUCHHOLZ, Kai. **Compreender Wittgenstein**. Tradução: Vilmar Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. **As teias da razão: Wittgenstein e a crise da racionalidade moderna**. Belo Horizonte : Argumentum, 2004. Disponível em: <<https://pdfcoffee.com/wittgenstein-as-teias-da-razao-pdf-free.html>>. Acesso em: 9 set. 2025.

FERRARO, José Luís. Wittgenstein e os jogos de linguagem. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 30, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/30/wittgenstein-e-os-jogos-de-linguagem>>. Acesso em: 26 maio 2025.

GLOCK, Hans Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. 3. ed. Tradução: Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

LARA, Rodrigo. O que é "tbt"? Saiba significado da hashtag usada nas redes. **Portal UOL**, São Paulo, 25 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2022/08/25/o-que-e-tbt-entenda-o-significado-da-hashtag-usada-nas-redes-sociais.htm>>. Acesso em: 1 out. 2025.

LIMA, José Edmar Filho; NASCIMENTO, Herminio de Souza. Linguagem e representação: uma abordagem acerca da teoria da figuração do Tractatus Logico-Philosophicus. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Ceará, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://rhet.uvanet.br/index.php/rhet/article/view/32>>. Acesso em: 4 set. 2025.

LUCHI, José Pedro. **A superação da filosofia da consciência em J. Habermas: A questão do sujeito na formação da teoria comunicativa da sociedade**. 1999. 536 f. Tese (Doutorado em filosofia) – Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1999.

MARCONDES, Danilo. **As armadilhas da linguagem: significado e ação para além do discurso**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/51003913/Danilo_Marcondes_As_armadilhas_da_linguagem>. Acesso em: 6 out. 2025.

MARQUES, José Oscar. **Forma e representação no tractatus de Wittgenstein**. 1998. 217f. Tese (doutorado em filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/170568>>. Acesso em: 2 ago. 2025.

MOORE, George Edward. **Principia ethica**. Tradução: Maria Manuela Rocheta Santos e Isabel Pedro dos Santos 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **A filosofia na crise da modernidade**. 2.ed. São Paulo : Loyola, 1995.

PINTO, Paulo Roberto Margutti. **Iniciação ao silêncio**: análise do tractatus de Wittgenstein como forma de argumentação. São Paulo: Loyola, 1998.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. Tradução: de Ivo Storniolo. **História da filosofia**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. Vol. 6. São Paulo: Paulus, 2005.

RIBAS, Marcelo Ferreira. O silêncio do filósofo: algumas observações sobre o silêncio epistemológico de Wittgenstein. **Pólemos – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 12, nº. 27, p. 101–128, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/51196>>. Acesso em: 11 ago. 2025.

ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da filosofia contemporânea**: do século XIX à neoescolástica. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2015.

SCHWARTZ, Stephen. **Uma breve história da filosofia analítica**: de Russell a Rawls. São Paulo: Loyola, 2017.

SEARLE, Jhon R. **Expressão e significado**: Estudo da teoria dos atos de fala. Tradução: Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo : Martins Fontes, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, Francisco de Paula. Wittgenstein e a filosofia da linguagem. **Reflexão**, Campinas, v. 16, n. 47, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.puccampinas.edu.br/reflexao/article/view/11294>>. Acesso em: 11 set. 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

_____. **Tratado lógico filosófico e investigações filosóficas**. Tradução: M. S. Lourenço. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.